APENAS R\$ 39,90/mês

ASSINE A OESTE

PUBLICIDADE



Sementes da árvore de pau-brasil, símbolo da biodiversidade e da história ambiental do Brasil | Foto: Shutterstock

EDIÇÃO 267

A exploração do pau-brasil preservou a Mata Atlântica

Por quatro séculos, leis, controle e manejo permitiram a exploração sustentável. A gestão lusitana do pau-brasil poderia inspirar a exploração racional e o manejo na Amazônia



ouça este conteúdo



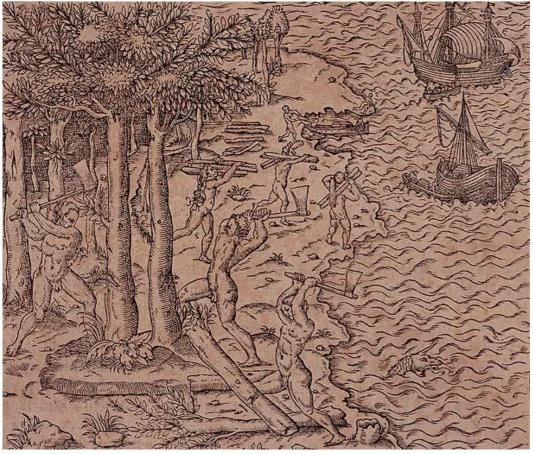
Tenha acesso ao melhor conteúdo jornalístico independente de um jeito fácil e rápido!



m 3 de maio comemora-se o Dia do <u>Pau-Brasil</u> (*Paubrasilia echinata*), árvore símbolo nacional. Sua exploração pelos portugueses foi um exemplo de gestão sustentável das florestas, e não de desmatamento. Na maioria dos países europeus, africanos e asiáticos, a defesa efetiva das florestas e da natureza é recente. Preservação florestal po Brasil vem de longa data.

reals, protegidas por let. isso ded origent a expressao intadetra de let .

Em 1530, o pau-brasil representava 90% das exportações brasileiras e 5% da receita total do tesouro português. Ao contrário de falsas narrativas sobre sua "exploração predatória, desde o início da colonização" ou seu desaparecimento "devido à exploração predatória, desde o Descobrimento", a extração do pau-brasil por Portugal foi muito racional. Graças a ela, se manteve grande parte da Floresta Atlântica até o final do século 19. O pau-brasil não foi causa do desmatamento da Mata Atlântica, fato bem posterior.



Exploração do pau-brasil. Cosmografia Universal de André Thevet, 1575 | Ilustração: Wikimedia Commons

Em 1605, o <u>Regimento do Pau-Brasil</u> estabeleceu o direito de uso das árvores, e não sobre as terras, consideradas reservas florestais da Coroa. O concessionário podia explorar árvores. Cultivar a terra era proibido. Ao integrar critérios econômicos, políticos e silviculturais, o Regimento do Pau-Brasil deu às autoridades os <u>instrumentos essenciais</u> ao planejamento e à gestão dos contratos de concessão florestal. Quem sabe disso?

Estabelecidas nas capitanias, registradas em livros, pass definiam o corte somente com licença, cotas de exploraç natural das árvores por métodos silviculturais, rotação o reservadas. O regimento estabeleceu duras penas de pris

Tenha acesso ao melhor conteúdo

jornalístico independente de um

jeito fácil e rápido!

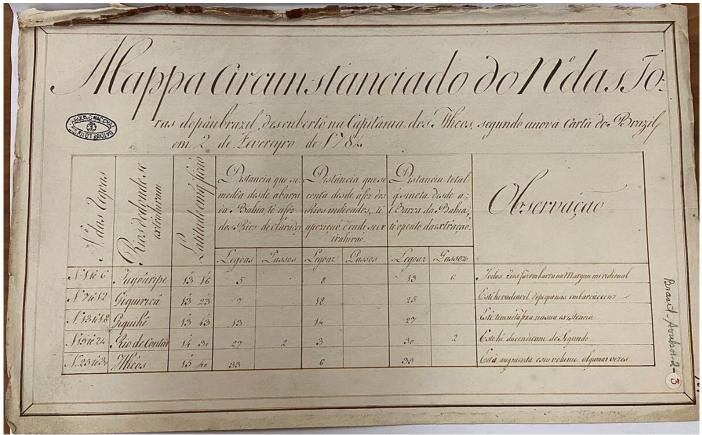
ar

mort

reservadas. O regimento estabeleceu duras penas de prisao, degredo para Angola e ale morte a quem cortasse sem licença ou excedesse o limite contratado.

"Mando, que nenhuma pessoa possa cortar, nem mandar cortar o dito páo brasil, por si, ou seus escravos ou Feitores seus, sem expressa licença, ou escrito do Provedor mór de Minha Fazenda, de cada uma das Capitanias, em cujo destricto estiver a mata, em que se houver de cortar; e o que o contrário fizer encorrerá em pena de morte e confiscação de toda sua fazenda."

Com o regimento, o planejamento da oferta, o controle da pressão sobre as populações da árvore no tempo e espaço, e os cuidados com a regeneração reduziram consideravelmente os riscos de esgotamento desse recurso.



Mapa do número das toras de pau-brasil na Capitania de Ilhéus, em 1780 | Foto: Wikimedia Commons

O comércio do pau-brasil era exclusividade da Coroa. <u>Dom João VI</u>, ao promover a abertura dos portos às nações amigas, autorizou o comércio de quaisquer gêneros e produções, à exceção do pau-brasil. Em 1808, o Banco do Brasil, recém-criado, passou a ter <u>controle e comissão</u> na venda da madeira de tinturaria. Na Independência, o pau-brasil se tornou monopólio nacional, e sua venda, destinada a saldar a dívida externa com a Inglaterra.

Em 1850, a descoberta do corante <u>anilina</u> na Alemanha e sua fabricação industrial retirou paulatinamente o pau-brasil do mercado. Um produto da química moderna e industrial substituiu a cor natural do pau-brasil. Em 1875, foi registrada a última exportação.

Tenha acesso ao melhor conteúdo jornalístico independente de um jeito fácil e rápido!



O tom vermelho do pau-brasil marcou o comércio colonial e teve papel central na formação histórica e econômica do Brasil | Foto: Shutterstock

O pau-brasil não entrou em extinção pela devastação das matas no período da Coroa portuguesa e do Império, como propalado equivocadamente em manuais, artigos e livros de história. Por quatro séculos, leis, controle e manejo permitiram sua exploração sustentável. A gestão lusitana do pau-brasil poderia inspirar a exploração racional e o manejo na Amazônia.

O mesmo cuidado ocorreu com os manguezais, explorados por seus taninos pela indústria do couro. Em 10 de julho de 1760, um <u>alvará de D. José I</u> os protegeu e limitou a exploração. Aos infratores impunha pena de três meses de prisão e multa. As câmaras municipais foram notificadas a aplicá-lo. Em 1797, cartas régias consolidaram as leis ambientais daquele tempo: pertencia à Coroa toda mata à borda da costa, com rio desembocando ou capaz de permitir a passagem de jangadas transportadoras de madeiras.

A criação dos cargos de juízes conservadores, aos quais coube aplicar as penas previstas na legislação, foi outro marco em favor das florestas. As penas eram de multa, prisão, degredo e até pena capital para os incêndios dolosos. Em 1799, sur Tenha acesso ao melhor conteúdo Matas do Brasil, da rainha D. Maria I, com regras rigoro

jornalístico independente de um

jeito fácil e rápido!

outras restrições à implantação de roçados.



Em 1799, D. Maria I criou o Regimento de Conservação das Matas do Brasil, com regras rigorosas contra a derrubada de árvores e punições severas para incêndios dolosos | Foto: Wikimedia Commons

O desmatamento, do século 17 ao 19, limitou-se a pontos na costa. Em quatro séculos de Coroa Portuguesa e Império foram extraídas 500 mil árvores de pau-brasil. A exploração mais intensa ocorreu no século 18: cerca de 322 mil árvores, segundo <u>Yuri Tavares Rocha</u>, da USP, depois de consultar quase mil livros e documentos aqui e em Portugal. Enquanto isso, Floresta Amazônica e matas de araucária dormiam em berço esplêndido.

Em 13 de julho de 1808, D. João VI criou o Real Horto Botânico do Rio de Janeiro. A fazenda incluía a Lagoa Rodrigo de Freitas. Desapropriou e pagou a família Rodrigo de Freitas. Com a República, mais de 90% desse tesouro vegetal foi retalhado, vendido e concedido para residências, prédios, rede de televisão, hipódromo, institutos de pesquisa etc. O Jardim Botânico original, tão bem cuidado por D. Pedro I e II, foi loteado em poucas décadas entre amigos e especuladores imobiliários da *ré-pública*. De 2,5 mil hectares, hoje está republicanamente reduzido a menos de 150.

Uma ordem, em 9 de abril de 1809, deu liberdade aos escravos quando denunciassem contrabandistas de pau-brasil. No Rio de Janeiro, o decreto de árvores em áreas circundantes às nascentes do três séculos, o total desmatado era inferior a 30 mil quil per se algo comparável a cada três anos. E há quem aponte o dedo ao passado e aos portugueses.

Em 1844, após uma grande seca, o <u>ministro Almeida Torres</u> propôs desapropriar sítios para plantar árvores e salvar mananciais na capital. De 1854 a 1856, terras foram desapropriadas com essa finalidade pelo <u>ministro Couto Ferraz</u>. Em 1861, com o Decreto Imperial nº 577, D. Pedro II criou, e plantou com o major Archer, as <u>Florestas Protetoras da Tijuca e Paineiras</u>.

19. O desmatamento brasileiro é fenômeno dos séculos 20 e 21.



A política florestal das Coroas Portuguesa e Brasileira preservou a cobertura vegetal até o século 19, com o desmatamento ocorrendo apenas nos séculos 20 e 21 | Foto: Shutterstock

De 1985 a 1995, em dez anos, a Floresta Atlântica perdeu mais de 1 milhão de hectares, superior a toda a área desmatada durante a Coroa Portuguesa. Em São Paulo, Santa Catarina e Paraná, a marcha para o oeste trouxe desmatamentos. Florestas de araucárias foram entregues pela *ré-pública* a construtores anglo-americanos de ferrovias, com as terras adjacentes.

Apesar de todo o desmatamento, o Brasil ainda é um dos países com a maior cobertura florestal nativa. Dos 100% das florestas originais, a África mantinha 7,8%; a Ásia, 5,6%; a América Central, 9,7%; e a Europa — o pior caso —, apenas 0,3%. Vale menção o plantio de florestas monoespecíficas para explorar madeira, celulose e uso turístico na Europa. Ninguém ignore: mais de 99% das florestas primárias europeias foram substituídas por cidades e plantações, para tristeza de ursos, linces, lobos, rabalva Tenha acesso ao melhor conteúdo

jornalístico independente de um

O continente com a maior manutenção de florestas origi jeito fácil e rápido! C6. invejáveis 70% das florestas primitivas, o Brasil tem autoridade para tratar esse tema frente às críticas dos <u>campeões do desmatamento</u>. Longe de encerrada no passado, a tendência se mantém. Se o desflorestamento mundial prosseguir no ritmo atual, o Brasil — quem menos desmatou — deterá no futuro quase metade das florestas primárias do planeta. Isso não será fonte de elogios, e sim de mais cobranças.

^

miséria glamourizada, e garantir outra gestão da floresta primária e do território.



O Brasil precisa abandonar a falha política ambiental na Amazônia, que promove o subdesenvolvimento e a miséria, e adotar práticas eficazes de gestão florestal para garantir um futuro sustentável e evitar o desmatamento na Amazônia | Foto: Shutterstock

O grande desmatamento é fruto do século 20 e obra da República. A ocupação lusitana desenvolveu exemplos de sistemas sustentáveis de exploração agroflorestal e pastoril, sem desmatar. Respeitou com sabedoria as condições ambientais, como na caatinga, no cerrado e nos pampas.

Carlos F. A. Castro, em sua tese de doutorado Gestão Florestal no Brasil Colônia (UNB, 2002), demonstrou: o desmate da Mata Atlântica ocorreu no século 20. O desmatamento entre 1945 e 1960, a cada cinco anos, foi superior ao total desflorestado entre 1500 e 1930.

Sob a Coroa Portuguesa, a ampliação da área cultivada fo ao máximo de 16 mil hectares por ano no início do Impé açúcar, em mais de 300 anos, no momento da Independé

Tenha acesso ao melhor conteúdo eg jornalístico independente de um jeito fácil e rápido! OS

quadrados. Dada a extensão da Mata Atlântica, esse desmatamento pela cana foi irrisório

(2%).



A exuberante Mata Atlântica na área protegida da Reserva Ecológica de Guapiaçu, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro | Foto: Shutterstock

A política florestal portuguesa e do Império lograram, por diversos, invejáveis e complexos mecanismos, manter a cobertura florestal até o final do século 19, com poucos locais significativamente alterados. Como assinala Carlos Castro, "em vez de imputar a Portugal a culpa por ter nos deixado uma 'herança predatória', talvez devamos aprender com as práticas conservacionistas que os portugueses preconizaram e tomarmos consciência de que a destruição das florestas brasileiras não é obra de 500 anos, mas principalmente desta geração".

Leia também "Há 1,7 mil anos, o poder da conciliação"

Império do Brasil Floresta Amazônica Desmatamento Amazônia

Gostei 61 Não Gostei 2

Contractor de la contrac



Anterior:

O DOGE tem sido um estrondoso sucesso



Próximo:

Imagem da Semana: à espera do 267° sucessor de Pedro

Newsletter

Seja o primeiro a saber sobre notícias, acontecimentos e ϵ

Tenha acesso ao melhor conteúdo jornalístico independente de um jeito fácil e rápido!

Digite seu e-mail

Cadastrar